

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE OUTUBRO DE 1995

*Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Parlamentares; Senhores Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados; Senhores Secretários Estaduais de Segurança; Senhores Procuradores-Gerais Estaduais; Senhoras e Senhores;*

No dia 7 de setembro passado, fiz um convite a todos para uma mobilização, num gesto de solidariedade para com as vítimas da violência, que sofrem discriminações e são excluídas da nossa sociedade. E, infelizmente, entre os que sofrem violência na nossa sociedade, as crianças formam uma grande parcela.

Se nós, realmente, quisermos, como queremos, mudar o Brasil, temos que cuidar melhor das nossas crianças. Isso quer dizer muita coisa: quer dizer saúde para as mães e para os filhos, educação para as crianças e combate à violência no lar e nas ruas.

É por isso que o Ministério da Saúde elegeu como prioridade o combate à mortalidade infantil. A mortalidade infantil, para nós, tem um significado muito especial, porque o declínio nas taxas de mortalidade infantil só ocorre quando há um conjunto de ações convergindo

para o mesmo objetivo. Não se consegue combater a mortalidade infantil senão dando uma atenção pré-natal à mãe; dando atendimento ao recém-nascido, para a criança receber os primeiros cuidados logo que nasce; fazendo as campanhas de vacinação, nos primeiros meses e, sobretudo, aumentando o número de agentes comunitários de saúde, que são aqueles que vão levar esses primeiros cuidados à população, sobretudo às populações mais pobres.

Acho que esse programa de agentes comunitários de saúde é, realmente, um programa prioritário. Quando digo que diminuir os índices de mortalidade infantil constitui o objetivo central do Ministério da Saúde, ao mesmo tempo quero dizer que o Ministério tem que cuidar de apoiar, nos estados e nos municípios, a disseminação dos agentes comunitários de saúde.

Tive a oportunidade de estar, pessoalmente, com grupos de agentes comunitários de saúde do Rio Grande do Norte. Sei que, agora, no Rio Grande do Sul, o Governador Britto tem um programa muito bem feito de ampliação do número de agentes comunitários de saúde. Agora, o Ministério da Saúde está preocupado com as áreas metropolitanas, com São Paulo, com o Rio de Janeiro. Pois bem, se nós, realmente, não prestarmos atenção a esse conjunto de programas, não vamos conseguir aquilo que nós queremos e de que o Brasil precisa, que é diminuir os índices de mortalidade infantil.

Do mesmo modo no Ministério da Educação: o programa central, para nós, começou quando lançamos o Acorda Brasil, para chamar a atenção para a questão da escola. E, na escola, a educação básica. A vida toda – eu sou professor de universidade, aqui há vários que são professores de universidade – nós ouvimos dizer que é fundamental ter uma educação primária bem feita, que abranja todos os estudantes em idade de atendimento, que, na medida do possível, se estenda a duração do período letivo, etc. Fala-se, mas não se pratica com a intensidade necessária.

Os gastos do Governo Federal se concentraram muito nas universidades. Isso não quer dizer que as universidades não precisem de recursos, mas quer dizer que nós temos que pensar com maior profundidade nessa questão do ensino no seu conjunto. Não adianta, do ponto de

vista global, nós termos ilhas de excelência. Elas são necessárias. A universidade requer a excelência, apela para a qualidade; mas, quando se tem ilhas de excelência numa média muito baixa, essas ilhas vão servir a outros centros fora do Brasil, porque o próprio movimento da criação intelectual, da formação do conhecimento, suga os mais capazes. Ou, se não os suga, os mantém atrelados a um conjunto de programas que transcende as fronteiras, porque, naturalmente, o espírito humano não se limita às fronteiras nacionais, nem deve limitar-se.

Então, é necessário termos as ilhas de excelência, mas essas ilhas só vão funcionar em proveito efetivo do País, e só serão arquipélagos, e não só ilhas isoladas, se nós tivermos uma base na educação primária bem estabelecida. E todo mundo sabe que lugar de criança é na escola.

Pois bem, o Ministro da Educação, entendendo isso, concentrou os esforços do seu Ministério, basicamente, em dois alvos: um deles é a autonomia das universidades e a reorganização do sistema universitário; o outro, fundamental, é a valorização da escola primária. E, para valorizar a escola primária, nós lançamos alguns programas: um é a televisão, para dar ensino a distância, não ao aluno, mas ao professor, para o treinamento do professor. E isso já está em prática. Já existe o sistema funcionando, por meio de um canal de televisão dedicado ao ensino, e nós vamos distribuir 45 ou 50 mil postos de televisão para que as pessoas possam receber esses sinais que são emitidos, que possam duplicar, na própria escola, fazendo as cópias dos programas, e isso possa servir de incentivo e de ensinamento aos professores.

Mas nenhum professor vai ter condição de, efetivamente, atender ao aluno se ele tiver um salário de fome. E o salário do professor primário, no Brasil, em grande parte do País, é um salário de fome. Então, o Ministro da Educação está propondo – e eu vou assinar no dia 15, que é o Dia do Professor, depois de os governadores terem sido ouvidos e terem discutido conosco, num gesto que me pareceu muito significativo, 27 Governadores, dois não puderam vir, mandaram seus representantes, seus vices; nós nos reunimos na Granja do Torto, para que o Ministro da Educação apresentasse esse programa, ele foi apresentado aos governadores, que o apoiaram; isso faz um mês –, e só agora nós vamos remeter ao

Congresso, um programa de valorização do professor. Não vou dar detalhes aqui, mas isso implica, naturalmente, todo um esquema, pelo qual, dos 25% que cada município tem que gastar em educação, 15% obrigatoriamente constituam um fundo, para que possamos elevar a média de gasto *per capita* com estudante no Brasil a 300 reais.

Quando isso não for possível, o Governo Federal acrescentará a esse fundo recursos próprios do Governo Federal, para que, na média, todos os municípios brasileiros gastem, pelo menos, 300 reais *per capita* com aluno lá inscrito. Este é um número que satisfaz os requisitos apresentados pela Cepal, pela Unesco, etc. E, ao mesmo tempo, haverá o compromisso de que o salário médio do professor será também de 300 reais.

Alguém dirá: “Mas, meu Deus, 300 reais?” Só que hoje há professores que ganham 30 reais, professores que ganham 40 reais. Então, nós temos que ter o pé no chão, no Brasil. Não adianta imaginar números absurdos – absurdos não porque sejam desnecessários, mas porque sejam impossíveis de atender, pela circunstância econômica e social brasileira, e para nós sermos realistas e dizermos: “Olha, quando nós obtivermos uma média de 300 reais, nós vamos estar bem melhor do que estamos hoje.” Isso não significa que os estados que hoje podem pagar mais devam baixar. Não é isso. Nós queremos é que, na média, todos ganhem.

Pois bem, isso tudo é por causa da criança. Não é só por causa do professor ou para o crescimento econômico, para o desenvolvimento tecnológico. É porque a criança requer nossas atenções – e é por isso que o Ministro da Educação acaba de chegar, porque já falei bem dele.

O fato é que, hoje, nós sentimos que o Brasil realmente quer mudar e que se discutem as políticas sociais com muita clareza no País. Nós estamos aí vendo quais são os recursos, como é que podemos gastar mais e, sobretudo, gastar melhor. Não se trata de dizer que a massa de recursos é suficiente, sei que não é. Mas, quando se verificam os dados comparativos, em países com a mesma proporção de produto interno bruto, na verdade o gasto social do Brasil não é baixo: ele corresponde à média desses gastos desses países. Mas é mal utilizado.

Uma distorção, que já mencionei, é a concentração dos recursos do Governo Federal, cerca de 70%, nas universidades, quando a Constitui-

ção manda que, pelo menos, 50% fiquem para o ensino básico; e não se obedece a essa norma constitucional. Esta é outra das mudanças que nós – nós, eu digo, a sociedade brasileira – hoje está praticando: a de que a Constituição é para valer, sim. E, quando lá se diz que o teto de salário é o salário do Presidente da República, vai valer, porque não tem sentido não ser assim.

De modo que nós temos, também, no que diz respeito ao gasto, que nos aproximar e obedecer às normas constitucionais e obedecer à vontade do País, que é a de gastar melhor. Nós, hoje, gastamos mal. Estamos melhorando. Quando se vêem séries históricas, percebe-se que não é verdade que o País esteja cada vez pior. Isso não é verdadeiro, ele está melhorando. Os índices de analfabetismo diminuem, a oferta de escolas para estudantes aumenta, as taxas de mortalidade infantil diminuem. O País está melhorando. Mas não no ritmo que nós queremos.

E, nesse contexto de atenção prioritária à criança – dei já o exemplo do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação –, nós temos políticas sociais específicas, diretas, através da Secretaria de Política de Assistência Social, que cuida de convênios para questões específicas dos setores mais desassistidos da sociedade.

Nesse contexto, nós temos, também, que ter como prioridade o combate à violência. E há um aspecto dessa violência que se pratica contra a criança que é assustador: é a exploração sexual. Tanto a exploração sexual quanto o trabalho infantil não podem mais ser aceitos, tolerados pela sociedade brasileira, muito menos pelo Governo, que representa a vontade organizada do País.

A verdade é que os números são assustadores. É difícil, nesse tipo de questão, ter uma estatística precisa, mas, no caso da exploração sexual, alguns falam em 500 mil crianças e adolescentes, outros chegam a falar de alguns milhões, 1 milhão, 2 milhões. Não importa se são 500 mil ou 2 milhões. É inaceitável! É inaceitável porque, muitas vezes, essa violência sexual é dentro de casa. Basta ler os jornais para se verificar isso. Mas há um aspecto que é mais escandaloso, que é o chamado pornoturismo. E isso acontece em regiões diferentes do Brasil, não é só no Nordeste.

Acho que não são temas que o Brasil possa deixar à margem ou debaixo do tapete. Não. Nós temos que ter a coragem de reconhecer o problema e a determinação para combatê-lo. Governo que não reconhece as mazelas não é governo digno do voto do povo. O Governo não está aqui para tapear, não está aqui para encobrir o sol com a peneira. Todo mundo sabe que é assim. Se todo mundo sabe que é assim, tem que deixar de ser assim. E o primeiro passo para deixar de ser assim é nós dizermos que é assim, que nós não concordamos e pedir à sociedade que se mobilize, junto com o Governo, para combater essas distorções de uma convivência civilizada.

É por isso que nós estamos, hoje, lançando também uma campanha nesse sentido, para chamar a atenção, para aumentar o grau de consciência e para que nós nos mobilizemos. Porque não basta chamar a atenção: nós precisamos nos mobilizar para combater essas questões.

É claro que a prostituição infantil, por exemplo, tem nela uma multiplicidade de delitos envolvidos, e esse combate, especificamente, corresponde não ao Governo Federal, mas aos estados. Só que nós vivemos um momento, no Brasil, em que não adianta dizer: “A responsabilidade não é minha, é tua.” Não: é nossa. Não adianta o Governo Federal dizer: “Eu cruzo os braços, porque é o estado” e o estado dizer: “Não sou eu, é o Governo Federal”; ou “Não, é o município”. Não é isso que o povo quer. O povo não quer saber se a questão é municipal, estadual ou federal. O povo quer que se resolva a questão.

E cabe a nós, do Governo Federal, mesmo quando não seja especificamente nossa tarefa, nossa responsabilidade direta, chamar a atenção para o problema e organizar a sociedade, organizar as várias esferas da administração, sem que isso implique intromissão indébita por parte do Governo nas outras esferas. Mas, em termos de uma vontade nacional, cabe a nós organizar essa espécie de repúdio, a partir do qual possa haver margem para uma ação mais eficaz.

A população, naturalmente, precisa também ajudar, porque tem que denunciar a violência sexual às polícias estaduais.

E nós temos tido apoios. Nós temos apoios de artistas conhecidos, que nessa campanha dirão frases simples, mas de grande força. Por

exemplo: “Quem cala, consente.” Todo o mundo diz isso. É uma frase conhecida. Mas vão dizer-na nesse contexto de combate à violência, combate à exploração sexual das crianças, não é verdade? É preciso que tudo isso tenha um sentido muito importante. E os artistas são dispostos, sempre ajudaram o País, em muitos momentos. E, de novo, estão ajudando o País.

Pois bem, eu até agradeço. Mas os secretários de Segurança, os procuradores de Justiça, os presidentes dos Tribunais estaduais têm um papel fundamental nesse esforço comum, porque é preciso, realmente, buscar mecanismos de reeducação. A reeducação, às vezes, passa também pela punição de quem não cumpre.

Mas não é só o aspecto punitivo, é também o aspecto da preocupação fundamental com as questões que dizem respeito à criança. Tenho certeza de que esses corpos do Estado mencionados – juízes, promotores, secretários de Segurança – estão atentos à questão. Mas precisamos nos organizar mais, trocar mais informações, tornar visível a nossa ação, tornar claro para o País que nós não consentimos mais, não calamos diante desses escândalos, porque, realmente, quem cala, consente.

Não basta uma atitude pessoal de indignação fechada entre quatro paredes. É preciso gritar. É preciso dizer que não é possível continuar assim, que o Brasil já tem hoje um nível de consciência e um nível de competência que exigem uma ação mais coordenada.

No mundo de hoje, nenhuma ação será eficaz se os governos se limitarem a decisões intramuros e a apelar, simbolicamente, para as forças que expressam a sociedade, como os artistas, pois é preciso mais que isso. É preciso que haja uma participação também das organizações não-governamentais, sem as quais será impossível, a qualquer governo, realmente, levar adiante um processo de transformação da sociedade.

E nós dispomos no Brasil, hoje, de muitas organizações não-governamentais. E já está longe o tempo em que os setores do Estado acreditavam que essas organizações eram apenas um desafio ao poder público, uma contestação ao poder público legitimado pelas urnas. Não é mais assim. Hoje se sabe que tem que haver uma complementaridade na ação das organizações não-governamentais e do poder público, sem

que isso implique submissão das organizações ao poder público e, tampouco, perda de legitimidade da parte daqueles que são detentores do poder público.

Nós temos iniciativas pioneiras. Na Bahia, por exemplo, a Cedeca, que foi a organização que preparou esta campanha. Nós temos a Casa da Passagem, em Recife, onde eu estive, visitando, aliás, já como Presidente da República, em abril, com o Vice-Presidente Marco Maciel. Nós temos o Instituto Ayrton Senna, temos o Projeto Axé, temos o Centro Bento Rubião, no Rio de Janeiro, temos no Ceará, temos em toda parte do Brasil. Nós temos organizações que se preocupam com essas questões – sem mencionar, naturalmente, o Unicef, que tem sido constantemente um articulador de ações nesse sentido. E me recordo de encontros com o Unicef, muitas vezes, muito antes de estar sentado nesta incômoda cadeira de Presidente da República. (Pelo menos, doem as costas nela.)

O fato é que nós dispomos, realmente, de um conjunto grande de organizações na sociedade que estão preparadas para ajudar uma campanha mais forte de conscientização e de ação contra a violência no que diz respeito à criança.

O caso do trabalho infantil é realmente inacreditável. Temos chamado atenção para o plano do trabalho chamado escravo, que são formas coercitivas de trabalho. O Ministro do Trabalho, que está aqui presente, tem tido uma ação muito competente na matéria. Nós organizamos o Grupo Executivo, já estamos movendo ações concretas para combater as formas de exploração do trabalho adulto, também dito escravo. Mas, no caso das crianças, é verdadeiramente criminoso o que se faz, e os números – embora sejam imprecisos – são muito grandes. Sejam milhares, sejam milhões os que trabalham com menos de 14 anos, a verdade é que nós vemos que há crianças trabalhando em forma de produção de alto risco, como, por exemplo, minas de ouro, extração de carvão, extração de sais, de areia, de pedra – enfim, tudo que é forma de trabalho que exige uma energia enorme e que a criança, naturalmente, às vezes, pode até tê-la, mas se desgasta nesse trabalho. E, quantas vezes, ela é vítima de acidentes de trabalho e,

mesmo que não seja vítima de acidente, ela se deforma na prática desse trabalho.

A verdade é a seguinte: é que, em geral, empregam as crianças, não como alguns dizem, para dar alguma ocupação, mas porque elas ganham menos. É para pagar menos, é exploração, é superexploração do trabalho.

Isso não é aceitável, mormente hoje, num mundo em que a produtividade é tão elevada, num mundo em que temos problemas de ocupação, em que temos que criar empregos para os adultos. Nós vamos ter que nos defrontar com o fato de que, no mundo moderno, a tecnologia dispensa a mão-de-obra e, portanto, vamos ter que criar formas de ocupação para os adultos. Vamos, agora, em vez de deixar a criança na escola, fazer com que a criança trabalhe? Não. Não há o que justifique isso, não há o que justifique. É claro que nós temos que, em certos momentos, ver qual é o trabalho e em que condições a criança pode trabalhar, dentro da lei, e não à margem da lei. A Secretária de Fiscalização do Trabalho, a doutora Ruth Beatriz Vilela, tem dado exemplo de dedicação e de coragem nessa matéria. O Ministro do Trabalho vai anunciar um projeto de lei para regulamentar o dispositivo do Estatuto da Criança sobre o trabalho educativo.

Isso é uma coisa, é trabalho educativo. Dentro de certas condições, necessárias, é útil. A criança aprende, ela ganha. Outra coisa é utilizar a criança como mão-de-obra barata. Isso é inaceitável. Nós não podemos mais, no nosso Brasil, aceitar essas formas de exploração.

Temos que reconhecer que o Brasil está mudando. Em muitos aspectos, já mudou, e, portanto, nós não vamos mais conviver pacificamente com aquilo que no passado não escandalizava. Houve época, no Brasil, em que das janelas dos apartamentos mais ricos se via ao longe o bruxulear das luzes das favelas, e todo mundo achava isso romântico. Já passou essa época. Houve época em que as pessoas de gravata e paletó passavam pelas calçadas e lá estavam os operários comendo nas calçadas as suas marmitas e eles abriam espaços para os engravatados passarem. Essa época já passou.

Houve época em que se podia entrar nas favelas por qualquer pretexto, até pelo pitoresco. E já passou. Muitas vezes, passou mal, passou

porque a convivência submissa foi substituída pela violência. Mas é uma fase.

Hoje, nós temos que superar as duas, a submissão e a violência. Temos que realmente alargar a cidadania, o respeito, saber o que é justo. Respeitar quando for justo e mudar aquilo que não seja justo.

Acho que não nos faltam meios e que agora é a hora da determinação.

E, ao abrir este encontro, no Dia da Criança, para nós discutirmos aqui a respeito das questões da violência, da exploração sexual, do trabalho forçado, eu queria também deixar uma mensagem de confiança.

O Brasil, hoje, é um país democrático e não tolera mais a violência contra os seus filhos. Não são palavras, isso é verdade. Não se trata simplesmente de uma decisão, de um decreto do Presidente. Nessa matéria, o decreto não tem força efetiva de mudança. Trata-se de muito mais do que isso. Trata-se realmente de que nós nos organizemos mais, de que nos conheçamos melhor, de que nos esqueçamos das diferenças que eventualmente possa haver, de partidos, de região do País, de sexo – até mesmo da percepção de como se deve lidar com o trabalho que teremos que enfrentar e dos grupos, que sempre existem, das simpatias e antipatias, que vão continuar existindo. A vida é assim; é bom que seja, senão ficaria sem graça. Mas se trata de mais que isso. Trata-se de uma espécie de desafio que o País vê e que nós temos sentido, dentro de nós, como desafio próprio.

E é para o desafio próprio de cada um de nós que eu os convido, a partir do dia de hoje, a continuarmos juntos até que as coisas melhorem e, depois de melhorarem, continuarmos juntos também para melhorar outras questões, porque o Brasil tem muita coisa para consertar e ele se cansou do remendo.

Está na hora de uma mudança de verdade.

Muito obrigado.